

ARTIGOS

“Politicagem”: conclusões a partir das diferenças entre as noções de “administrador” e “político”

MONIQUE FLORENCIO DE AGULAR

Introdução

O universo social que busquei compreender se delimita pelas relações e representações construídas no município de Cardoso Moreira, localizado na região norte fluminense do estado do Rio de Janeiro. Este município foi emancipado político-administrativamente em 1989 e a primeira eleição para os cargos de prefeito, vice-prefeito e vereador ocorreu em 1992. Desde então, e por cerca de 20 anos, dois políticos, Renato Jacinto e Gilson Nunes Siqueira, se revezaram no comando da prefeitura.

Cardoso Moreira possuía cerca de doze mil habitantes¹ e tinha uma economia de base rural, com ênfase na atividade de pecuária leiteira, porém em decadência. Consequentemente, a prefeitura era a maior fonte de renda para o município, transformando-se na grande empregadora local.

Ao realizar o trabalho de campo, procurei me informar sobre o histórico do município, coletando dados na biblioteca local e questionando os participantes do movimento pela emancipação. Esta foi uma etapa da pesquisa para que, além de compreender a criação do município, eu pudesse mapear as relações que ainda impactavam o curso político seguido naquele local. Sobretudo, interagi com municíipes envolvidos na campanha eleitoral de um dos candidatos a prefeito.

O período de trabalho de campo coincidiu com o período eleitoral (meses de julho a outubro de 2008), assim, assuntos políticos invadiram a cidade naquele momento. Bastava sair à rua para ter acesso a comentários provenientes de comerciantes, de grupos que conversavam ao ar livre e de moradores que se transformaram em meus conhecidos interlocutores – pois residindo ali, passei a conhecer pessoas e a me fazer conhecer.

¹ Segundo informação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2009.

Construí relações de confiança com alguns moradores, enquanto outros, movidos pela concorrência da disputa eleitoral, sempre avaliavam com maior cuidado o que seria adequado relatar. Desse modo, a maioria das informações que coletei é produto de conversas informais. Por isso, resisto em situar os momentos de coleta de informações como entrevistas, pois partem de uma vivência por meio da qual obtive interlocutores e essas interlocuções pontuaram relações que, por vezes, se desenvolveram no tempo. A partir dessa convivência, fui elaborando as questões da pesquisa, de maneira indutiva.

Para compor este artigo, um dos produtos do trabalho de campo descrito, analisei algumas categorias locais, que conformavam um sistema de representação atrelado ao universo sociopolítico. Os sentidos atribuídos aos termos “administrador” e “político” constituem a questão central deste texto. Esses qualificativos estavam relacionados a candidatos a prefeito e foram acionados para diferenciá-los, constituindo seus perfis. Contextualmente, analisei o significado de ser “político” e ser “administrador”, verificando que existia uma hierarquização entre essas qualidades. A qualidade de “administrador” foi considerada mais importante que a de “político” para o desempenho do cargo executivo.

A partir destas definições, desdobrei a análise para compreender o significado do termo “politicagem”, utilizado como uma categoria de acusação que englobava a prática de “fazer política” sem, contudo, administrar bem o município. Por conseguinte, a categoria “politicagem” marcava a incompletude das pessoas políticas, já que o ideal seria agregar as qualidades de “político” e de “administrador”.

Seguindo esta perspectiva, este artigo contém três divisões, que antecedem a conclusão. Na primeira parte, relatei como foi compreendida a cisão do grupo político que compôs a primeira gestão municipal, conformando as facções políticas em disputa. Na segunda parte, explicitei os qualificativos relacionados aos candidatos, analisando o significado de ser “político” e ser “administrador”. Estabelecidos os sentidos comportados por essas categorias, na terceira parte, interpretei o significado dos termos “fazer política” e “politicagem”, a partir dos argumentos coletados.

Os “lados” políticos: “a política une e separa”

Ao falar em “lados” políticos, aproximo-me dos estudos sobre o faccionalismo. Este fenômeno é particularmente visível em períodos eleitorais. Ele foi descrito, na literatura, como um conflito aberto e organizado entre grupos com o fim de alcançar poder público (Nicholas 1979: 52). Um exemplo clássico de sociedade organizada mediante oposições políticas, que inclusive envolviam relações de parentesco, é o da sociedade Nuer, descrita por Evans-Pritchard (2005). Nas primeiras décadas do século XX, o sistema político Nuer era estruturado por meio de linhagens, que formavam clãs. Esses clãs formavam aldeias, as quais faziam parte de seções tribais. A maior seção era a primária, que podia se dividir em seções secundárias. Essas, por sua vez, se dividiam em seções terciárias. As seções podiam se subdividir indefinidamente. Por isso, a sociedade Nuer foi chamada de sociedade segmentar. O princípio da estrutura política Nuer era a cisão e a fusão constantes, sendo que um grupo estava sempre em oposição a outros e todos lutavam entre si de forma dinâmica. As lutas tendiam a ser equilibradas, em termos quantitativos, pois os grupos se aliavam solidariamente para combater rivais.

Após esta ilustração sobre o funcionamento do faccionalismo, vejamos como ele se deu em Cardoso Moreira, onde podemos verificar a passagem da aliança ao antagonismo político. Primeiramente, a aliança envolveu uma relação de confiança entre parentes. O primeiro prefeito após a emancipação do distrito foi Renato Jacinto, empossado em 1993. Ele nomeou Gilson Nunes Siqueira, tio de sua esposa, para o cargo de secretário de obras. Por lei, era vetada a reeleição ao cargo de prefeito depois da primeira gestão após a emancipação. Assim, para a eleição de 1996, Renato indicou Gilson para o mandato. Com a vitória de Gilson, começaram os desentendimentos entre os dois parentes. Esses desentendimentos culminaram no rompimento da relação, quando os dois políticos passaram a ser rivais. A cada eleição ressurgia o confronto e eles passaram a se revezar no comando da prefeitura.

Mandato	Prefeitos
1993 – 1996	Renato
1997 – 2000	Gilson
2001 – 2004	Gilson
2005 – 2008	Renato
2009 – 2012	Gilson

Tabela elaborada pela autora

Vale mencionar que, por ser uma cidade pequena, com cerca de doze mil habitantes, o conhecimento sobre cada morador era facilitado, fazendo com que as pessoas observassem: “aqui a gente se conhece”, “em Cardoso todo mundo é parente”, “as famílias se casaram entre si” ou “em Cardoso quem não é parente é amigo”. Uma senhora observou: “uma cidade pequena onde todo mundo se conhece, a política separa, era para estar todo mundo junto”. Nessas afirmações, é possível notar a proximidade social entre os moradores, inúmeros parentes e amigos. Mas essa proximidade, permeada pela atividade política, ocasionava cisões.

Devo lembrar que escolhi pesquisar a partir de uma das facções, a fim de ter informações de maneira mais fácil e com mais profundidade, pois a confiança em mim condicionava a disponibilidade das pessoas para contar sobre seus pontos de vista. Tive maior proximidade com os adeptos de Gilson. Portanto, é por meio desta inserção que os dados aqui expostos devem ser compreendidos. A escolha por pesquisar a partir desta facção se deu por travar contatos, após estabelecer residência no local, com pessoas que poderiam me levar ao candidato e também por Gilson não ser o prefeito naquela época. Aparentemente, este fato facilitava a aproximação, já que os movimentos de campanha eram realizados em sua residência e a formalidade necessária para ter contato com o prefeito, que tentava a reeleição, parecia um obstáculo, embora não insolúvel.

Durante a disputa eleitoral, podia ocorrer a infiltração de adeptos de um “lado” político em outro, visando conhecer as estratégias do oponente. Esses agentes infiltrados eram conhecidos como “espiões”. Por isso, a pesquisa em meio à disputa eleitoral tinha chances de ser mais bem-sucedida se eu evitasse a movimentação constante entre os grupos políticos. Um jornalista certamente seria cobrado para que ‘ouvisse os dois lados’ que se confrontavam. Para o pesquisador, a profundidade da análise seria favorecida pelo contato que rendesse mais informações e revelasse percepções mais pessoais.

Apesar dessas vantagens para a pesquisa, devo reconhecer que uma versão da história sai como privilegiada, a versão contada pelo “lado” a partir do qual optei observar. Para compensar minimamente esta falha na captação do ponto de vista do “lado” oposto, recorri às matérias de jornais locais e aos poucos comentários de municíipes que não participavam formalmente das campanhas.

Sobre a cisão ocorrida, versões diferentes me foram dadas e o discurso variava de acordo com a facção a qual a pessoa optava apoiar. Desse modo, lembro o estudo de Leach (1996) na Alta Birmânia, onde verificou a divergência quanto às narrativas mitológicas contadas a partir da posição das pessoas na “comunidade”. Os princípios sociais eram preservados e pequenas mudanças na história surgiam para que a pessoa concordasse seu comportamento aos valores sociais reconhecidos no local. Similarmente, nas narrativas vigentes em Cardoso Moreira, pude verificar este tipo de comportamento. As pessoas pautavam as suas visões e atuações, ao contar histórias, sempre de acordo com princípios valorizados socialmente, enquanto o adversário era julgado sob argumentos de conduta socialmente condenáveis (como “traidor”, “ingrato” ou “vendido”).

Segundo o ponto de vista que privilegiei, a cisão entre os políticos foi interpretada como um ato visando manter o respeito, pois Gilson se sentiria desrespeitado pelas atitudes tomadas por Renato após a eleição. Implicitamente, estava em jogo a autonomia do prefeito eleito, quando o combate à sua própria submissão manifestava o agonismo típico das relações políticas, pois nelas o poder está em disputa. A versão abaixo apresenta o motivo alegado para a cisão:

Quando Gilson venceu a disputa eleitoral, em 1996, percebeu que o prefeito, que apoiou a sua candidatura, desejava governar através dele. Gilson não aceitou, pois, segundo seus adeptos, “não é boneco” é “inteligente”. Quando foi eleito “quis saber qual era a situação do município, como ele ia receber”. Acontece que “Renato não quis passar nada para ele”. Um dia, Gilson foi à prefeitura e Renato o deixou “plantado” esperando do lado de fora e não o atendeu. Gilson “ficou com o pé atrás, caiu a ficha”, “êpa, esse cara não está me respeitando”. Essa versão da história foi construída por parte da coletividade que apoiou Gilson como candidato.

Em Cardoso, uma “cidade pequena”, onde “todos se conhecem”, a união surgida pela emancipação aproximou os parentes, solidariamente, e, após o ingresso na prefeitura, as disputas foram se intensificando até desencadear a separação dos núcleos de parentela. Queiroz (1976:183) argumentou, em relação à cisão familiar nos casos por ela pesquisados, que “a quebra da solidariedade do conjunto maior agia como um fator de reforço poderoso da solidariedade interna dos conjuntos menores, adversários entre si”. E foi assim que se configurou a oposição em Cardoso após a cisão da parentela, intensificando a disputa entre os grupos.

As facções continuamente podem se fragmentar. Por exemplo, foi-me contado que o vice-prefeito de Renato, no mandato de 2004 a 2008, era casado com uma sobrinha sua e os aliados acabaram se desentendendo, provocando nova desagregação familiar. Esse processo contínuo de novas filiações e novos desmembramentos familiares foi denominado por Comerford (2003) como familiarização e desfamiliarização, a fim de melhor refletir a dinâmica dessas relações e desses grupos. A familiarização e a desfamiliarização correspondem a processos nos quais os laços são continuamente reelaborados.

Enquanto processos, a união ou a ruptura não se dão automaticamente, mas são consolidadas ao longo do tempo. O depoimento de uma parente, adepta ao mandato de Gilson, reflete este processo. Ela constatou que, com o ‘racha’, a família “ficou um tempo desestruturada até se arrumarem as coisas”.

A distância entre as facções político-familiares foi aumentando após o ‘racha’. A parentela segregou-se, permanecendo unidos os núcleos mais próximos no grau de parentesco. Conforme a distância de afinidade ou de grau de parentesco aumentam, os votos vão se dividindo e, na maioria das vezes, o oferecimento de emprego a alguém podia conquistar os votos de seu núcleo familiar.

Embora, atualmente, as leis vetem o contrato de parentes próximos para cargos públicos e a mídia recrime isso em várias matérias, há uma norma social bem descrita por uma interlocutora: “Você pode doar para o Criança Esperança², mas se tiver alguém pertinho precisando, qual é a prioridade? É justo que você ajude quem esteve do seu lado”. Embora sua fala tenha sido relacionada a um emprego oferecido a uma pessoa que não era parente, mas apoiava Gilson, podemos estender este raciocínio aos parentes que fazem parte do primeiro núcleo social que o indivíduo conhece.

O ideal de união familiar, para o universo considerado, passou a conviver constantemente com a separação trazida pela atuação política. No município, o grupo político proeminente se tornava um grupo de poder econômico, tendo em vista ser a prefeitura a maior fonte de renda local.

Atribuição de distinções: “um é de uma natureza, outro é de outra”

Durante a campanha eleitoral, os cardosenses comparavam as características que atribuíam aos candidatos. Dessa forma, reforçavam as imagens criadas socialmente. Essas imagens podem ser consideradas estereótipos: rótulos que ganham uma aparência verdadeira por conta da repetição. Notadamente, os comportamentos sempre dependem das situações que se configuram, bem como dos posicionamentos dos interlocutores. Entretanto, na maioria das vezes, as imagens são apresentadas pelos eleitores como fixas ou imutáveis, quando assumem um aspecto essencialista remetido a naturezas pessoais: “um é de uma natureza, outro é de outra” – mencionou um funcionário da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater). Com esta tendência, as identidades eram generalizadas, fazendo com que um ser múltiplo e complexo, em permanente desenvolvimento, fosse invisibilizado.

Segundo Villela (2004:284), em períodos eleitorais o “povo” é atravessado por um poder e exerce uma força sobre os que dependem do voto. No caso em foco, esse poder foi exercido com base em julgamentos com os quais os eleitores construíam as imagens dos candidatos. Esta prática influenciaria a decisão quanto ao voto, levando à conquista de votos por meio do convencimento argumentativo. Convém lembrar do eleitor de “voto múltiplo” descrito por Palmeira (1992). Este eleitor teria conformado vínculos, ao longo da vida, com mais de um candidato; assim teria que decidir em quem

² Nome de uma campanha que, desde 1986, ocorre anualmente e é realizada pela Rede Globo com o fim de arrecadar dinheiro mediante doações feitas pela população brasileira. Essas doações se dão por meio de telefonemas e são direcionadas à Unesco para que sejam repassadas a instituições de caridade que têm como público-alvo as crianças.

votar, pautado pelo que fosse mais significativo para ele. Em Cardoso Moreira, a dúvida sobre a concessão do próprio voto dava lugar às especulações e aos debates.

Palmeira (1992), mediante seus estudos, questionou ideias associadas ao voto e contrapôs a elas um voto que se definia pela interação em grupos³. Assim, o voto estava em constante processo de negociação e resolução. Em diálogo com autores de estudos sobre o “comportamento eleitoral”, salientou que estes, ao considerarem a contextualização do ato de votar, apenas circunscreviam as ações individuais. O ato de votar era visto como uma ação individual movida por uma escolha pessoal. Em contraposição, o autor sinalizou que o importante era perceber como as estruturas sociais e simbólicas atravessavam os agrupamentos, incutindo neles significado (1992:s/p). Portanto, defendeu uma experiência de pesquisa que compreendesse “a percepção social que as populações têm dos processos e atividades em que estão envolvidas”, pois tais percepções “têm consequências objetivas para os resultados dessas ações” (*idem*). Segundo a proposta de Palmeira, neste texto analiso processos interacionais baseados nas percepções que os pesquisados revelaram.

Em Cardoso, os argumentos a favor de um candidato ressaltavam a simplicidade e a humildade. Essas características denotavam um acesso mais fácil ao político. Os atributos (“simples”, “humilde”, “fala a linguagem de qualquer pessoa”) instauravam uma noção de igualdade entre político e eleitor, mesmo que esta igualdade estivesse dentro da hierarquia (Chaves 1996). Nesse sentido, uma funcionária da prefeitura fez questão de narrar um episódio em que realizou um churrasco em sua casa e “seu Gilson apareceu”, ressaltou que ela não tinha nem cama em casa e isso demonstrava que “Gilson é muito simples”. Com este exemplo, ela reforçou a representação do candidato como alguém que não se coloca como superior socialmente, frequentando lugares humildes e se relacionando com pessoas abaixo na hierarquia social. Acrescentou que se eu o visse num enterro nem acreditaria que ele era o prefeito: “sentado num toco de madeira”.

Por outro lado, notei atributos que diferenciavam os candidatos e eram reconhecidos até pelos opositores, que, conscientes dessa diferença em seus julgamentos, optavam por qual candidato apoiar. Desse modo, enquanto Renato era destacado como “político”, “boa pessoa” e “boa gente”, Gilson era destacado como “administrador”, “vingativo” e “rancoroso”. Essa diferenciação classificatória chegou, por fim, a hierarquizar os valores condizentes ao cargo pleiteado.

Consequentemente, dezenas de vezes escutei: “Gilson é administrador, Renato é político”. Secundarizações eram expostas:

- “Renato é boa pessoa, mas péssimo administrador”.
- “Gilson é administrador, Renato prometeu emprego, universidade e não trouxe”.
- “Gilson é seco, mas correto”, Gilson é mais “compreensivo”, “mais humano” e mais “simples” que Renato, “é bom político”, “é administrador”, e “gosta de conversar”.
- “Gilson tem mais contatos e maior boa vontade, Renato só vai te empurrar”.
- “Renato é bom como pessoa, mas como prefeito, como administrador, não é bom”.

³ O voto poderia também ocorrer por imposição, quando a pessoa podia ser relativamente obrigada a conceder seu voto por dívidas contraídas a partir de compromissos.

- “pessoalmente não tenho nada contra Renato, a questão é política”, “Gilson administrou a prefeitura como a casa dele”.
- “Renato não é má pessoa, é ótima pessoa, (...) mas não voto nele, não é bom administrador”.

Em relação às frases descritas acima, destaco a diferença patente entre ser “político” e ser “bom político”, assim como ser “administrador” e ser “bom administrador”. O termo “político”, puramente, tendia a carregar um significado negativo, mas quando acompanhado do adjetivo “bom” ele tem sua negatividade expurgada. Muitos podem estar na condição ou num cargo de político, mas, uma vez nesta posição, podem se tornar um bom ou mau político, segundo o seu desempenho. O mesmo se dá com o cargo de administrador.

Os atributos apresentados como opostos correspondiam a simplificações tipicamente operadas em períodos eleitorais. Nesse período, estabelece-se o que foi chamado pelos moradores como uma disputa “quente”.

Essa temperatura pode levar ao exagero das assertivas, devido ao envolvimento emocional. A maior interação ou pessoalização relaciona-se com a atribuição de “quente” à campanha realizada no local. Com isso, a reputação não só das autoridades como das pessoas em geral ganha relevância, pois, como escreveu Bayle (*apud* Palmeira 2006:138-139), a importância da reputação aumenta quando as interações sociais também aumentam.

Abaixo, destaco o que significava ser um “político”, com seus sentidos associados, e o que significava ser um “administrador”, também ressaltando os sentidos associados ao termo.

I – Renato: o “político”

A Renato era associada a característica de “político” e não a de “bom administrador”. Não era considerado um “bom administrador” por conta da situação em que o município se encontrava, economicamente e em relação aos serviços públicos. Vejamos exemplos.

As pessoas interessadas nas ações do prefeito sabiam relatar indignadamente muitas faltas da administração municipal na área de transporte, saúde, educação, agricultura, comércio, assistência social etc. Perdas de programas sociais pelo não cumprimento de prazos, inexistência de distribuição de remédios, falta de ambulâncias, estradas esburacadas, falta de transportes e falta de incentivo ao comércio eram relatadas. A gestão de Renato foi sintetizada por um interlocutor da seguinte forma: “deixou de investir no interior e só investiu no futebol”, “o prefeito foi eleito para olhar por todas as áreas”.

As áreas de interesse para investimento foram as de esporte e entretenimento. Assim, dizia-se em consenso que Renato gostava de futebol e festas, o que denotava o caráter “político” relacionado à sociabilidade ou às atividades de descontração:

- “Renato gosta de estar perto de gente famosa”.
- Renato ia à farmácia de manhã “buscando papo de futebol”, “ninguém fica atrás dele”, “Renato só pensa em time de futebol”.
- o campo e o local de festas “está tudo penteado”.

Consoante a isso, havia comentários de que Renato tinha patrocinado o time de futebol local, o Cardosão, até que o time chegou à 1^a divisão. Mas essa fase gloriosa logo se encerrou, pois o time começou a perder os jogos. Com isso, várias dívidas surgiram e o prefeito foi concebido como “mal pagador”. Afirmações como “Renato não sabe administrar a vida dele”, havia falido várias vezes, “vai administrar a prefeitura?”, salientavam sua pouca aptidão para administrar.

Segundo declarações, Renato hospedou jogadores e outras personalidades em pousadas e foi acusado de não pagar as diárias, avolumando dívidas em vários estabelecimentos comerciais. Um restaurante quebrou, alegando como causa dívidas da prefeitura. Contavam-me que Renato não tinha “crédito” para comprar um “papel higiênico”. Numa pousada um senhor dizia, revoltado, que haviam cortado a luz porque o prefeito não pagou uma dívida de dez mil reais e acrescentou que “não era que o prefeito não tivesse intenção de pagar”, mas que deveria “calcular como faria se o time perdesse”. Para este senhor quem dizia que Renato era bom “mama[va] nas falcatrucas dele”, indignado questionava: “quem vota nele?”.

Por meio dos relatos, podemos constatar que as dívidas assumiram destaque como elemento desqualificador. Em geral, os vínculos criados entre políticos e eleitores foram estudados como frutos de relações de troca, em que os políticos prestariam favores impossíveis de serem retribuídos à altura pelos moradores. Consequentemente, os moradores estariam sempre em dívida, cabendo a eles saldá-la aos poucos por meio de apoio político ou, meramente, votos. Essa interpretação foi bastante inspirada nas teorias de Mauss (2003) sobre a dádiva. Em Cardoso Moreira, ao que parece, a hierarquia foi invertida, pois o político em questão ficou endividado com muitos moradores. A confiança nele enfraqueceu-se, assim, dar-lhe crédito foi visto como algo perigoso. A dívida era, sobretudo, moral, já que o dinheiro pode ser desmercantilizado (Villela 2004: 227).

As características de não trabalhar o suficiente e ser desorganizado também foram atreladas a Renato. Em sua gestão, dizia-se que “a prefeitura está muito bagunçada”, “agora (...) corre tudo solto”, antes “você tinha com quem reclamar”, “Gilson chegava cedo, Renato não aparece”, “ninguém vê chegar e ninguém vê sair”. No último mandato de Renato, os representantes de associações reclamavam das ausências do prefeito ou de representantes da prefeitura, o que teria feito com que a maioria das associações parasse de funcionar.

Prometer e não cumprir também implicava em ser “político”. Pode-se falar e fazer algo a fim de lograr a eleição, sem, contudo, atentar para a possibilidade de cumprir com os benefícios acenados.

Foi dito que Renato “ganhou prometendo emprego, é político”. Uma funcionária disse-me que, nos primeiros meses da gestão, as pessoas faziam fila na porta da prefeitura para conseguir emprego, ela tentava entrar e logo as pessoas enfezavam-se, pensando que ela estava “furando fila”. Aqui podemos perceber a importância do cumprimento das promessas. Para Chaves (1996:138), a promessa “dá lugar a uma concepção mágica, que supervaloriza o poder do cargo público e subtrai as noções de luta ou confronto de interesses”. Portanto, a decisão pessoal do político era valorizada, em detrimento da luta travada entre os agentes estatais para privilegiar seus interesses ao assumirem cargos. O prefeito teria uma posição dentro de uma configuração administrativa que vai muito além de fazer cumprir suas próprias vontades, principalmente quando se elege por força de acordos diversos.

Ouvi também: “Renato promete muitas coisas, mas não faz, ele ficou quatro anos e só agora está mexendo em algo por causa da eleição”. Por esta concepção, apenas a eleição mobilizava o interesse do prefeito, neste período ele começaria a “administrar”, diferente de como agia comumente.

No horário eleitoral de 2008, um empresário mencionou que “Cardoso Moreira tem um governante que não tem crédito” e enfatizava a dívida moral:

Perde crédito, o respeito e vende conversa. Isso eu posso, isso eu não posso. Um não dito com respeito e responsabilidade. Um homem tem que aprender a resolver problemas. (...) Em Cardoso tem uma padaria que distribui sonhos, secretarias são oferecidas a várias pessoas ao mesmo tempo.

A ausência de previsão e de cálculo para administrar eram contrabalançados com os atributos de ser “boa gente” e ter capacidade para “perdoar”, com “visão superior”. Assim, o jornal, patrocinado pela prefeitura, registrava que Renato agia: “sem perseguições e vinganças (...) não será o fato de ter sido de Lado A ou Lado B que impedirá está pessoa de ser chamada por Renato, prova de visão administrativa superior” (Tribuna Livre 20 a 26 de abril de 2006, s.p.) [sic]. Outra matéria enfatizava Renato como uma pessoa: “De grande capacidade de perdoar, pois o perdão pode ser mais benéfico para quem perdoa do que quem o recebe” (Tribuna Livre 16 a 22 de fevereiro de 2006).

As alegações dos detratores quanto à má administração não ocasionavam a descaracterização da “humanidade” e da “bondade” associadas à imagem de Renato. De acordo com isso, diante das dificuldades pelas quais os jogadores do time passavam, um deles afirmou: “Renato é boa gente, o problema é a diretoria do Clube”. Renato era tão “boa gente” que dava chocolates às crianças, segundo recordações que escutei.

Para fins comparativos, é oportuno lembrar o conteúdo maquiavélico atribuído aos políticos, que está em desacordo com esta imagem relacionada a Renato. Para muitos analistas, adeptos da racionalização estatal, um gestor deveria agir de maneira impessoal, o que poderia levá-lo a tomar atitudes severas (que prejudicassem alguém), mas que trariam um bom resultado para a maioria. Um exemplo disso é a famosa “ética da responsabilidade” descrita por Weber (2008). Mediante esta ética se considerou que seguir bons princípios pode gerar maus resultados. Já que o meio decisivo para a política é a violência, para se chegar a um bom fim, pode-se lançar mão de meios até mesmo brutais. Este seria um paradoxo ético vivenciado, segundo o autor, por ocupantes de cargos públicos.

Por meio de uma visão excludente, na qual os atributos relacionados ao “político” e ao “administrador” se excluem mutuamente, podemos definir a noção local de “político” como: o político era afeito a ambientes de descontração, como festas e esportes coletivos, onde exprimia sua sociabilidade, conversava e prometia benefícios, demonstrando ter bom coração e capacidade de perdoar, o que o colocava na condição de ser uma boa pessoa, concedendo favores individualmente. Por outro lado, não tinha a qualidade de trabalhador, era ‘mal pagador’, e não tinha crédito, por não conseguir administrar o município a contento.

Durante a campanha eleitoral muitos feitos foram expostos, assim como a situação da prefeitura, julgada como degradante. Esses comentários podem ser lidos como resultado da disputa política,

quando tais aspectos pesaram na decisão do voto. Cabe mencionar que enfatizo aqui representações individuais, vigentes em um período, não convém tomar essas argumentações como isentas de mudanças futuras.

II – Gilson: o “administrador”

Ao candidato Gilson era associada a característica de “administrador”, no entanto, ele não era considerado “político”. Pelo passado recente, de ter um prefeito considerado “político” e gozar das consequências disso, para a maioria dos municíipes, a qualidade de ser “administrador” parecia superar a de não ser “político” (condição que também guarda habilidades). No contexto do município em foco, o que seria administrar bem? Vejamos exemplos práticos.

Gilson e sua esposa eram reconhecidos como pessoas trabalhadoras. Até mesmo quando houve uma enchente na cidade, comentava-se que eles pegaram na enxada junto com os moradores. Pessoas enfatizando a capacidade de trabalho de Gilson diziam que ele era: “um leão”. Sua ex-secretária contava que toda sexta-feira andavam por Cardoso falando com os moradores e compareciam em todas as reuniões das associações locais: “para trabalhar com Gilson tem que ter disponibilidade integral”. Assim, a característica de trabalhador se coadunava com a de “administrador”.

Segundo relatos, Gilson tinha rotinas de trabalho durante sua gestão. Ele acordava às cinco e meia, como era sabido por todos, e se dirigia para a padaria, de lá ele já despachava. Depois ia para a secretaria de obras, “todo mundo sabia” onde encontrá-lo. Se Gilson não pudesse ir à prefeitura, seguia explicando o ex-secretário de agricultura, telefonava para falar com as pessoas nas salas, apenas para verificar se os funcionários estavam presentes de fato. Portanto, além de trabalhar, cobrava os funcionários e vigiava o cumprimento de suas rotinas.

A fiscalização foi demonstrada nas reuniões das associações, quando se argumentou que Gilson cobrava a frequência dos secretários nelas e cobrava que fossem dadas explicações à população. A presença nessas reuniões era obrigatória e as reclamações das pessoas não eram repassadas com antecedência aos secretários, para que não pudessem “se armar”: o secretário “tinha que responder” e “Gilson ficava olhando”.

O atendimento à população, com a presença de agentes estatais auxiliando em serviços técnicos, foi apontado como mais um ponto forte da administração realizada sob o comando de Gilson. Essa presença estatal se coadunava com um comentário comum sobre os considerados bons políticos: aqueles que “trabalham os quatro anos”. A Emater, por exemplo, em trabalhos em parceria com a prefeitura, tinha carros à disposição e a gasolina era paga para que os funcionários visitassem cada produtor.

Ainda em relação ao compromisso e à capacidade de trabalho, acrescento as menções abaixo, registradas em meu diário de campo, sobre a esposa de Gilson (ex-secretária de assistência social). Tais comentários apenas ratificam os qualificativos.

- Dizia-se que X. era “pirada”, “todo mundo sabe disso”, “mas trabalha muito”. Ela foi secretária de assistência social e um senhor afirmou: “X corria atrás, não deixava dormir por mil reais, até para a secretaria de agricultura”.

- Outra senhora criticava X. dizendo que ela era “um bicho”, “mas de muito compromisso e responsabilidade, corre atrás de um real”, “com Renato esqueceram de recadastrar o PETI” (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil).
- O diretor da Emater, que fez diversas parcerias com a Secretaria de Assistência Social, ressaltou: “X. tirou meu couro”.
- Um rapaz que “falava mal” de X. e era oposição, disse que uma verdade tinha que ser dita: ela era “competente” e tinha uma “equipe competente”.

Apesar disso, considerava-se que algumas características de “político” faltavam a Gilson: não tinha “jogo de cintura”, era “seco”, “rancoroso”, “vingativo”, “guarda[va] as coisas”. E outras pessoas afirmavam: “Gilson perseguiu mais do que Renato”. Assim, ouvi adeptos de Renato, após elogiarem seu grande “coração” e mencionarem o caráter “vingativo”, “perseguidor” e controlador de Gilson, reconhecerem que este era “trabalhador” e sua esposa também: “virava a noite fazendo projetos”.

Além disso, eram associadas a Gilson outras qualidades, como: não mentir, ser honesto, correto e cumpridor de sua palavra. O compromisso, a retidão, o cumprimento dos deveres davam à imagem do candidato um grau elevado de responsabilidade e respeito ao próximo. Era este respeito ao próximo que o levava a não iludir os moradores com promessas irrealizáveis, gerando uma relação de confiança. O candidato também era uma pessoa que tinha memória (“guarda as coisas”, era “rancoroso”) e podia aplicar sanções segundo o seu critério. Essa imagem pode se aproximar daquele ser que educa e leva à compreensão da complexidade dos caminhos, valorizando as atitudes consideradas corretas e justas.

Por conseguinte, outros políticos no palanque de Gilson discursavam: “Gilson não prega mentira, é fechado, mas a palavra dele é uma só” ou “Gilson nunca tratou algo que não cumpriu”. Gilson era uma pessoa que dizia “não”, segundo interlocutoras, se realmente não pudesse fazer algo para solucionar um problema. Nesse sentido, foi entendido como “um cara positivo”. Sobretudo: “se precisar ele dá até esporro em eleitor”. Comparativamente, se pressionado com cobranças do eleitorado, acreditava-se que Renato insultaria o secretário diante do eleitor, favorecendo o último mesmo quando o secretário tivesse razão: “porque ele é político” – diagnosticou um morador. Depois conversaria a parte com o secretário dizendo que não era nada daquilo e que o ocorrido fosse esquecido.

Desse modo, se Gilson era descrito como controlador, também era visto, por muitos, como honesto, correto e crível. Cheguei a ouvir que ele era o político mais honesto e correto que se conhecia: “não enrola, é sim sim, não não” – não pensando em agradar, mas dizer a verdade ao morador. Em consequência, alguns moradores argumentaram acreditar muito nas declarações de Gilson. Com isso, para saber sobre algo, bastava perguntar ao candidato, eximindo-se de sondar a veracidade da história.

Gostaria de registrar a ressalva que algumas pessoas fizeram para votar em Gilson, como predominando por benefícios não individuais. Uma senhora, que trabalhava num posto de saúde, dizia-me que Renato nunca atrasou seu pagamento, mas para a comunidade Gilson havia sido melhor, sem deixar de acrescentar: “Renato e sua mulher são boas pessoas”. Este não foi o único relato neste sentido: o presidente de uma associação de moradores e produtores ressaltou que Gilson conseguia mais melhorias

para o local, mas para ele “como pessoa” Renato havia feito mais, e pagava seu salário, mas “Gilson fez mais pela maioria” e, por isso, votava nele.

Ao traçar modelos típicos de comportamento e de discurso dos vereadores na cidade do Rio de Janeiro, Kuschnir (2000) diferenciou os políticos “assistencialistas” e os “ideológicos”. Os vereadores de tipo *assistencialista* colocavam-se como patronos e benfeiteiros, atuando com base na assistência social. Os considerados *ideológicos* se colocavam como porta-vozes ou instrumentos e baseavam sua prática no que entendiam como trabalho. No primeiro caso, as conquistas seriam motivo de gratidão e se baseariam em demandas individuais; no segundo, seriam compreendidas como um direito e corporificavam demandas coletivas. A diferenciação feita pelos municíipes entre os candidatos cardosenses também chegou a incorporar esta dualidade: favores individuais *versus* demandas coletivas. Se Gilson atuava atendendo às demandas coletivas, também baseava sua prática, segundo interlocutores, em muito trabalho. Portanto, os comportamentos dos candidatos eram interpretados de forma a compor personalidades distintas. Esses perfis revivem a dualidade entre as práticas tradicionais (baseadas em demandas individuais) e as práticas formais e legais (baseadas em demandas coletivas).

Ao fim, o “administrador” foi caracterizado como trabalhador, organizado, responsável, compromissado, honesto, correto, não era mentiroso e cumpria a sua palavra, beneficiando as pessoas coletivamente. Por outro lado, como não era “político”, não tinha ‘jogo de cintura’, tendendo a ser rancoroso, perseguidor e vingativo.

“**Politicagem**”: a arte de “**puzar para um lado**”

Pelos relatos expostos, é perceptível que as pessoas tentavam apontar quem era o melhor candidato. Ao acionar imagens, cada eleitor acabava “puxando para o seu lado”. No esforço de transformar categorias nativas em categorias analíticas, percebi que “puzar para um lado”, ou melhor, convencer o interlocutor com argumentos parciais, era parte de um modo de “fazer política” naquele local. Assim, foi ressaltado por um munícipe: “o negócio é que tem muita política, o pessoal faz muita política”.

“Puxar para o seu lado” é algo mais explícito na época eleitoral, porém fazia-se política sempre que se tentava convencer alguém de que o seu candidato era o melhor, independente da época. Concilia-se com essa prática o seguinte depoimento: “política o próprio nome já diz, é um querendo ser melhor do que o outro”. “Fazer política”, na situação analisada, significava isso: concorrer “falando bem” do seu candidato ou “falando mal” do opositor, quando se demonstrava para os outros, por meio de palavras e atos, como determinado candidato era bom. Portanto, os que “faziam política” confrontavam os candidatos e seus feitos tomando partido.

Na compreensão, senão de todas as pessoas, mas da maioria, a “boa pessoa” era referida ao “político”, mas não ao “bom político”. Era aquela pessoa social e sociável, que quer aparecer sempre como um bom homem para que “falem bem” dele. Empenhava-se em se relacionar bem, sem confrontos. A “boa pessoa” também tinha capacidade de “perdoar”, tinha “coração”, portanto, bons sentimentos. Assim como perdoava, quiça apostasse suas fichas no perdão dos outros para consigo, numa realidade em que vê espelhos.

Já o “administrador”, podia não ser “político”, não se relacionar bem nem fazer questão de aparecer sempre como bom. Para muitos o “administrador” podia ser concebido como uma pessoa ruim: “vingativo, perseguidor, rancoroso”. Alguns argumentavam que era por essa rigidez que a boa administração aparecia, pois num local onde *se fazia política* dentro da prefeitura, tentando prejudicar o trabalho de um prefeito, as pessoas não podiam ter espaço para *fazer política*. Desse modo, o que seriam defeitos, tornavam-se boas qualidades, diante das necessidades contextuais.

Conforme a elaboração realizada até aqui, é possível sintetizar, por meio do quadro abaixo, as características contextuais que se adequavam às noções de “político” e “administrador”, de acordo com o perfil atribuído aos candidatos a prefeito.

Político	Administrador
boa pessoa, boa gente, gente boa	trabalhador, organizado
perdoa	perseguidor, vingativo
tem coração	rancoroso
festeiro, esportista	sem jogo de cintura
ausente no trabalho	responsável, compromissado
mal pagador, não tem crédito	honesto, correto
promete, vende conversa	cumpre a palavra, não prega mentira
presta favores individuais	beneficia a coletividade

Analizando as construções dualistas realizadas, vêm à mente os resultados das pesquisas de Lévi-Strauss sobre o funcionamento do pensamento dos nativos do ocidente. Lévi-Strauss (2003) diagnosticou que o pensamento ocidental tinha um traço universal: trabalhava com pares de opostos, os quais formavam dualismos, que integravam um sistema. Com os pares de opostos, os ocidentais costumavam fazer conexões lógicas que uniam relações mentais. Essa oposição produz integração (Lévi-Strauss 2003:114). Consequentemente, pode-se pensar nas oposições como complementaridades, que são usadas para classificar pessoas ou grupos, diferenciando-os. Um elemento só existe em relação ao seu oposto, quando caminham juntos. Este modo de pensar se adéqua aos procedimentos mentais realizados pelos cardenses, ao compor a distinção entre “político” e “administrador”.

Leal (1997) notou, na década de 1940, que no Brasil as pessoas faziam uma diferenciação entre “administrador” e “político”. A experiência da República Velha suscitava reservas pela inficiência e pelas irregularidades da administração municipal e falava-se em “politicagem” (Leal 1997:109). A “politicagem”, então, estava marcada pela inficiência e pelas irregularidades. Em Cardoso, na época da pesquisa, o termo “politicagem” também foi usado. Um vereador comentou, por exemplo, que o Pro-

grama de Aceleração do Crescimento (PAC) chegou “numa hora inoportuna, numa época imprópria, faltando três meses para a eleição o governo solta tudo”. E concluiu: isso “é politicagem”.

Ou seja, se o governo devia “trabalhar os quatro anos”, quando chegavam benefícios coletivos próximos ao período eleitoral era apenas para dar um instrumento na luta pela vitória na eleição. Quando obras apareciam em Cardoso durante a campanha, dizia-se também que isso era “politicagem”. Em discurso no horário eleitoral, foi ressaltado: “politicagem existe, acha que pode comprar o povo com ações rápidas”. A interpretação se baseava no fato de que, com as ações rápidas, não se intencionava melhorias visando o bem-estar dos moradores, mas a conquista de votos.

Concluindo, era algo para “puxar” o cidadão para “um lado” político, dando motivos para que se “fale bem” do candidato, mediante um acordo com outras instâncias governamentais, que o apoiavam na disputa eleitoral. Assim, a “politicagem” era “fazer política” (“puxar para um lado”) sem se preocupar em administrar bem o município.

Do mesmo modo, em 1951, durante um movimento fracassado de emancipação do distrito de Cardoso Moreira, então pertencente ao município de Campos dos Goytacazes, Pinto (1982:30) afirmou que: “por politicagem”, integrantes do movimento teriam avisado o prefeito de Campos que os emancipistas interceptariam, na estrada, sua caravana em direção a São Fidélis. Neste caso, se Campos não apoiava Cardoso administrativamente, as relações com políticos de Campos só podiam ser classificadas como uma “politicagem”.

Retomemos, portanto, a distinção entre “político” e “administrador” realizada neste artigo. Em 2008, um vereador fez uso da palavra no plenário, declarando: há que se “separar a crítica às ações e às pessoas”. Ele mencionava que fazia “críticas ao governo que é fraco”, mas admirava Renato “como pessoa, mas como administrador é um fracasso”, “é um governo que procura dificultar a transparência”. Desse modo, qualidades eram reconhecidas em cada candidato, mas hierarquizadas, segundo julgamentos quanto à adequação ao cargo disputado.

Aprofundando os perfis de “administrador” e “político”, Chaves (1996:135) constatou que, no município de Buritis, quando realizou sua pesquisa, o prefeito precisava ser “boa pessoa”:

- O ‘bom político’ e o ‘bom administrador’ são tipos extremos, que correspondem a duas formas de se fazer política tidas como contrárias, embora no plano empírico nunca completamente exclusivas. Conquanto a compreensão local da política admita tal distinção – e nela perceba uma contradição inerente –, o político para se eleger em Buritis precisa, necessariamente, possuir os atributos de uma *boa pessoa*.

Chaves (*idem*:140) observou ainda que “sendo boa pessoa espera-se que se torne bom político, cumprindo as promessas e rompendo o circuito agonístico da caça aos votos”. E confirmou-se que, em Cardoso, ser uma “boa pessoa” não equivalia a cumprir promessas, uma “boa pessoa” não necessariamente cumprirá promessas e não as cumprindo, não deixará de ser uma “boa pessoa”, por ser sociável, agradável e até ter boas intenções.

A eleição municipal do ano de 2008 foi vencida por Gilson, que teve atrelada a ele a imagem de “administrador”. Durante a comemoração da vitória de Gilson, uma militante falou empolgada:

"administrador é Gilson!". Gilson venceu com uma boa margem de votos para uma cidade do interior, foram 1.541 votos de vantagem sobre Renato⁴. As crenças se confirmavam no resultado da eleição. Em entrevista, Gilson pronunciou ao jornal O Diário do Noroeste (07/10/2008, 3):

Essa vitória tem um sabor especial, pois é mais uma vez a aprovação do povo Cardosense a tudo que fizemos de 1997 a 2000, quando estive no governo por dois mandatos. Sei que a minha responsabilidade aumenta, pois a maioria da população está confiando na minha capacidade de **administrar o município**. Tenho consciência dessa responsabilidade e do desafio que tenho pela frente, mas volto ao cenário político atendendo ao clamor do meu povo e é com esse povo que vou governar. [grifo meu]

Por fim, o considerado melhor administrador foi eleito, principalmente porque o prefeito que não administrou bem, mas era uma “boa pessoa”, deixou dívidas (*dívidas morais*), que rompem com o circuito de gratidão por conta dos favores não cumpridos, que ficaram apenas como promessas.

Considerações Finais

As eleições municipais ocorrem no Brasil desde o período colonial, quando juízes ordinários, vereadores, procuradores, tesoureiros e escrivães eram eleitos de forma indireta (Leal 1997:128). Em 1881, com a *Lei Saraiva*, as eleições passaram a ser diretas (*idem*:133). Já o cargo de chefe do executivo municipal foi criado em alguns Estados e teve as funções discriminadas no Regime de 1891 (*ibidem*:139). Este cargo respondeu por várias nomenclaturas, como prefeito, intendente e superintendente. Com a Constituição de 1934, este passou a ser um cargo obrigatoriamente eletivo, seja pelo voto direto ou pelo voto de vereadores, abolindo-se a livre nomeação por governadores – a não ser nas capitais dos Estados e nas chamadas estâncias hidrominerais (*ibidem*:146). Desde então, e excetuando parte dos períodos ditoriais, as eleições para o cargo de prefeito foram realizadas. Necessariamente, entraram em cena os alegados motivos para as escolhas de certos candidatos a prefeito.

No contexto eleitoral por mim pesquisado, a dicotomia construída pelos eleitores em Cardoso Moreira, entre “político” e “administrador”, conformou personalidades políticas. Os julgamentos eram baseados em observações de ações e comportamentos progressos dos candidatos, que eram selecionados para construir imagens. Como já explicado, é preciso ratificar que estamos analisando os imaginários construídos, que nem sempre coincidem com evidências ou práticas, mas ainda assim fazem parte da ‘sociedade real’ (Durkheim 2003).

Diferente das pesquisas em ciências sociais que recorrem a estatísticas e selecionam variáveis, como sexo, escolaridade, renda, profissão entre outras, para traçar os perfis dos prefeitos vencedores nas eleições municipais, aciono uma interpretação com a qual busco penetrar nas percepções preponderantes construídas pelos moradores. Nesse sentido, os imaginários que servem de base para a construção de arquétipos, revelam universos profundos que definitivamente impactam as decisões de voto. Não

⁴Gilson obteve 4.576 votos, Renato 3.035 votos e Gegê Cantarino 1.590 votos.

pretendo desmerecer as pesquisas estatísticas, pois as variáveis correlacionadas, apesar de não alcançarem ou apenas deduzirem tais imaginários, podem comprovar coincidências nos atributos dos eleitos, mas coincidências essas que se manifestam por conta de crenças arraigadas.

Weber (2008), analisando o contexto alemão de sua época, ao destacar o processo de burocratização e influência partidária no aparato de Estado, afirmou que não era o programa partidário, mas a devoção ao político carismático, que mantinha a fidelidade do seguidor. Assim, seriam atributos capazes de tornar as pessoas especiais que agregavam adesões. Nesta sintonia, as ‘pessoas políticas’ são valorizadas.

Os arquétipos⁵ relacionados aos candidatos a prefeito os opunham. Ainda que fosse possível encontrar uma pessoa com ambos atributos, nos candidatos considerados essa síntese não se materializava. Renato era primordialmente visto como “boa pessoa” e Gilson era primordialmente visto como “administrador”. A preterição da maioria dos eleitores coube à autoridade considerada como “boa pessoa” e “político”.

A categoria “politicagem” era utilizada pejorativamente para designar atos políticos sem conteúdo administrativo. A noção cardosense de “politicagem” levou a valorizar a “administração”. Portanto, a categoria “politicagem” apareceu como incompleta, quando no plano da idealização social o prefeito ou autoridade política deveria, em seus atos, agregar as qualidades de “bom administrador” e “bom político”, mantendo uma unidade coerente.

A dependência política em Cardoso, principalmente por conta de empregos públicos, marcava a conformação da estrutura social no município. Esse desejo por empregos, tão escassos no local, levava ao investimento na construção de relações políticas, tornando a prefeitura um centro em torno do qual as pessoas gravitavam. Por isso, as eleições eram momentos decisivos na vida da maioria dos moradores, quando ao apoiarem os candidatos nos quais se depositava a expectativa de vitória, e demonstrarem esses apoios, poderiam garantir futuramente alguma forma de agradecimento envolvendo recursos e favores públicos. Esse investimento na construção de relações políticas era tão precioso para a manutenção da existência dos núcleos familiares que a disputa eleitoral se acirrava, exaltando ânimos e intensificando o faccionalismo.

Se o candidato no qual se investiu perdesse a disputa eleitoral, restava a muitos abandonar o município, já que seria mais difícil encontrar ali formas de manter o seu sustento. Assim, a migração também marcava a forma de viver neste local, sendo o percurso comum de muitos moradores. Simbolicamente, esta realidade era retratada por meio do uso de uma mala em campanhas políticas e de uma música com o trecho “arruma a mala aê”. Esta estratégia era utilizada para provocar o adversário ao insinuar a sua derrota e a posterior partida do município. Os grupos disputavam o comando da prefeitura e, por extensão, um lugar mais próspero na sociedade cardosense ou, ao menos, a sobrevivência neste espaço.

⁵ Para Jung (2014:12), os arquétipos são “os conteúdos do inconsciente coletivo”. Este inconsciente coletivo ocuparia uma camada mais profunda que o inconsciente pessoal, “constituindo, portanto, um substrato psíquico comum de natureza psíquica supra pessoal que existe em cada indivíduo”.

O revezamento no cargo de prefeito, entre Renato e Gilson, foi rompido em 2013, quando o candidato Gêge Cantarino, que logrou a vitória na disputa municipal, foi empossado. Nas eleições de 2016, Gegê tentou a reeleição. Contudo, Gilson e Renato se uniram, compondo uma chapa em que Gilson era o candidato a prefeito e Renato era o seu vice. Gilson e Renato venceram a disputa com uma porcentagem de 50,29% dos votos, contra 47,56% de Gegê. Nesta situação, verificamos um princípio político em ação: as cisões e as fusões entre as facções políticas podem ocorrer ciclicamente. No vocabulário local, a política une e separa, separa e une indefinidamente. A união entre os ex-adversários configurou uma solução contra a face negativa da política (imersa em ódios e brigas), assim como configurou uma solução contra a "politicagem", na medida em que as qualidades de "administrador" e "político" compunham uma só chapa eleitoral.

Monique Florencio de Aguiar é mestre e doutora em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Atualmente é pós-doutoranda na Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CHAVES, Christine de Alencar. 1996. Eleições em Buritis: a pessoa política. In: PALMEIRA, Moacir & GOLDMAN, Marcio (org.). *Antropologia, Voto e Representação Política*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria.
- COMERFORD, John. 2003. *Como uma Família: Sociabilidade, Territórios de Parentesco e Sindicalismo Rural*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- DUMONT, Louis. 1985. *Individualismo: uma perspectiva antropológica*. Rio de Janeiro: Rocco.
- DURKHEIM, Émile. 2003. *As Formas Elementares da Vida Religiosa*. São Paulo: Martins Fontes.
- EVANS-PRITCHARD, Eward E. 2005. *Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota*. São Paulo: Perspectiva.
- JUNG, Carl Gustav. 2014. Sobre os arquétipos do inconsciente coletivo. In: *Os arquétipos e o inconsciente coletivo*. Petrópolis, Vozes.
- KUSCHNIR, Karina. 2000. Política e mediação cultural: o cotidiano do mandato. In: *Eleições e Representação no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- LEACH, Edmund Ronald. 1996. *Sistemas Políticos da Alta Birmânia*. São Paulo: EDUSP.
- LEAL, Victor Nunes. 1997. *Coronelismo, Enxada e Voto*. São Paulo: Alfa-Omega.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. 2003. *O totemismo hoje*. Lisboa: Edições 70.

- MAUSS, Marcel. 2003. Ensaio sobre a Dádiva. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify.
- NICHOLAS, Ralph W. 1979. Segmentary Factional Political Systems. In: SWARTZ, Marc J.; TURNER, Victor W.; TUDEN, Arthur. *Political Anthropology*. Chicago: Aldine Publishing Company.
- PALMEIRA, Moacir. 1992. Voto: Racionalidade ou Significado?. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 7 (20), pp. 26-30.
- _____. 2006. Eleição municipal, política e cidadania. In: PALMEIRA, Moacir & BARREIRA, César. *Política no Brasil – Visões de antropólogos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- PINTO, Antonio. 1982. *Recordando*. Cardoso Moreira: sem editora.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. 1976. O Coronelismo numa Interpretação Sociológica. In: *O Mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-Omega.
- VILLELA, Jorge Mattar. 2004. O Dinheiro e suas Diversas Faces nas Eleições Municipais em Pernambuco. *Maná*, v. 11, n. 1, pp. 267-296.
- WEBER, Max. 2008. A política como vocação. In: *Ensaios de sociologia*. Rio de Janeiro: LTC.

Jornais:

A Personalidade de um prefeito (Tribuna Livre, 20 a 26 de abril/2006:s.p.)

Renato Jacinto um vencedor (Tribuna Livre, 16 a 22 de fevereiro de 2006)

O Povo Consagrhou Gilson Siqueira (O Diário do Noroeste, 07/10/2008:3)

"POLITICAGEM": CONCLUSÕES A PARTIR DAS DIFERENÇAS ENTRE AS NOÇÕES DE "ADMINISTRADOR" E "POLÍTICO"

Resumo: Como eleitores constroem a imagem de candidatos a prefeito? Apresentando um exemplo, respondo esta questão mediante a análise de significados expressos por eleitores quanto às noções de "político" e "administrador". Investigando a construção desses perfis políticos, e a hierarquia de valor entre eles, desdobre a interpretação com o fim de alcançar a compreensão nativa sobre a "politicagem". Conclusivamente, demonstro que "politicagem" significava "fazer política", nos termos dos eleitores examinados, sem "administrar" bem o município. Se o ideal seria agregar as qualidades de político e administrador, a categoria politicagem marca a incompletude das pessoas políticas.

Palavras-chave: político, administrador, imaginário, politicagem, pessoas políticas

"POLITICKING": CONCLUSIONS FROM THE DIFFERENCES BETWEEN THE CONCEPTS OF "MANAGER" AND "POLITICIAN"

Abstract: How do voters build the image of candidates running for mayor? As an example, I answer this question by means of the analysis of meanings declared by voters regarding the concepts of "politician" and "manager". Through the investigation of the construction of those political profiles and the value hierarchy between them, I unfold the interpretation aiming to reach the inherent comprehension of "politicking". Conclusively, I demonstrate that "politicking" meant "doing politics", in the terms of the examined voters, without "managing" well the city. If the ideal would be the aggregation of the qualities of politician and manager, then the category politicking sets the incompleteness of political people.

Keywords: politician, manager, imaginary, politicking, political people

RECEBIDO: 23/03/2016

APROVADO: 01/02/017

